



Brasil: uma política externa ativa e ativa

São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2017, 132 p.
POMAR, Valter (org.)

Mateus José da Silva Santos¹

da conjuntura regional e mundial pós-2016, destacando as adversidades de um quadro bastante complexo após o processo de impeachment da

A Política Externa Brasileira vem sendo tema de bastante preocupação por parte de diplomatas, especialistas em Relações Internacionais e demais interessados. Diante dos episódios de crise política com a Venezuela e a China, polêmicas em torno do engajamento brasileiro nas eleições argentinas, o alinhamento com os EUA e Israel, além de outras páginas da trajetória mais recente, discutir as Relações Internacionais do Brasil se tornou um elemento fundamental para a compreensão das questões colocadas no presente, especialmente as relacionadas à importância do exterior nas questões estruturais e conjunturais do país.

Como parte da coleção *Nossa América Nuestra*, desenvolvida por um grupo de estudos da Fundação Perseu Abramo, *Brasil: uma política externa ativa e ativa* consiste num curto livro sobre a Política Externa Brasileira durante os governos Lula e Dilma, considerando características gerais e esforços de balanço sobre uma experiência de quase 13 anos. Indo além do recorte governamental, a obra contribui com reflexões acerca dos rumos das relações internacionais do país,

presidenta Dilma Rousseff. Homens e mulheres que marcaram a Política Externa petista, além de respeitados intelectuais no assunto, participaram da produção do livro, por meio de entrevistas ou artigos.

Memória e História são mobilizadas na organização deste trabalho. Nomes como Celso Amorim, Luiz Alberto Moniz Bandeira, Dilma Rousseff, Luiz Inácio Lula da Silva, Marco Aurélio Garcia e Samuel Pinheiro Guimarães contribuem para uma construção analítica descontraída, convergindo com ricas expressões de conhecimento geopolítico, econômico e histórico, além de relatarem episódios inusitados ou marcantes na lembrança de atores e autores vivos e protagonistas nos governos do Partido dos Trabalhadores.

A obra obedece a uma sequência cronológica de realização de entrevistas e submissão dos artigos. Os convidados tiveram a oportunidade de escolher o melhor formato de suas intervenções e revisar o que foi produzido. Entrevistado uma semana após o afastamento à época temporário da presidente Dilma, Moniz Bandeira foi o personagem do primeiro capítulo.

Analisando essencialmente as conjunturas mundial, regional e nacional, o entrevistado, a partir das questões colocadas, reitera algumas de suas proposições mais conhecidas, a exemplo do papel da Rússia na geopolítica, os temores estadunidenses frente a uma possível aliança euroasiática e a desestabilização de Estados considerados estratégicos a partir de motivações geoeconômicas. De forma sintética, Bandeira situa a crise política brasileira como parte de um movimento mais amplo, de natureza sistêmica, relacionada com a profunda e grave situação do capitalismo mundial.

Aos olhos de um observador em 2020, uma de suas considerações mais interessantes e talvez bastante discutíveis reside em sua opinião sobre as dificuldades do então governo Temer em emplacar o seu programa, expresso no lema “Ponte para o futuro”. Em sua visão, não havia um cenário favorável para tal êxito, seja do ponto de vista de uma aceitação militar e popular. Ainda que, após o ocorrido, se possa hoje afirmar com alguma segurança que muitas das propostas do governo que sucedeu Dilma Rousseff foram aprovadas ao longo dos mais de dois anos de mandato, é interesse observar como havia um quadro de incertezas no momento mais imediato do afastamento, expresso nas considerações de Bandeira quanto ao que considerava como dificuldades de sustentação do governo Temer.

Entre análises conjunturais e balanços sobre o passado, Celso Amorim foi o segundo nome a ser entrevistado. Suas contribuições ultrapassam as

fronteiras temporais entre a sua passagem no Ministério das Relações Exteriores e a então situação do país em 2016, alcançando também aspectos de sua vasta trajetória diplomática e momentos outros da Política Externa Brasileira, num diálogo entre História, Experiência e análise política.

Para o ex-chanceler, o mundo estaria então permeado de conflitos com características como contraposições entre antigos aliados, novas expressões de desigualdades e de questões consideradas antigas, como o caso do terrorismo, num quadro que intitula como “problemas não resolvidos da globalização” (p. 22). Em relação à integração regional, uma de suas contribuições mais significativas se deu no reconhecimento dos limites conceituais do termo “América” ao ser transposto para o geopolítico, sugerindo como este não atende a uma perspectiva de relação entre os povos continentais que dialoga com as necessidades e os desafios dos Estados abaixo do Rio Bravo, incluindo o Caribe. Destacando o que foi desenvolvido ao longo dos governos Lula, a relação entre o Brasil e seus vizinhos sul-americanos foi considerada um avanço para além daquilo que era considerado como possível, marcando também uma capacidade de interação com países de diferentes espectros ideológicos e o papel dessa fase da história continental na diminuição das tensões.

Dois elementos, do ponto de vista historiográfico, podem interessar ao leitor. O primeiro deles reside na opinião de Amorim sobre a Política Externa do governo Dilma. Na posição do ex-chanceler, houve um componente de continuidade nos grandes temas políticos entre 2003 e 2016, porém uma diminuição da intensidade, o que traduz a ideia de uma política ativa, mas menos ativa que a de seu antecessor. Outro tema considerado polêmico e tratado por Amorim residiu na participação brasileira na MINUSTAH.² Essa experiência, segundo o entrevistado, não poderia ser comparada a outros processos de alinhamento brasileiro ao intervencionismo estadunidense, como no caso da República Dominicana em 1965. A participação de forças do Brasil teria proporcionado algum equilíbrio político, gerando uma ação muito menos intervencionista.

Em artigo datado de outubro de 2016, o terceiro capítulo foi de autoria de Marco Aurélio Garcia. Ex-Assessor Internacional dos presidentes Lula e Dilma, suas reflexões foram centradas nos três níveis conjunturais (local, regional e mundial), apontando questões fundamentais para a compreensão das mudanças políticas brasileiras a partir da derrubada da presidenta e os reflexos para a inserção internacional do Brasil. Reiterando questões apontadas por Amorim e Bandeira na análise do cenário global, o destaque de Garcia é, sem dúvida nenhuma, sua compreensão sobre o cenário sul-

americano. Em sua visão, a derrubada de Dilma Rousseff se insere num quadro de ameaça da soberania regional, tornando necessária uma análise da experiência dos governos progressistas.

Quanto ao olhar sobre o passado, pondo em prática o que considera como fundamental para as forças políticas derrotadas pelo conservadorismo, Garcia crê que a integração regional poderia ter obtido um ritmo maior, ainda que se considerem os inúmeros avanços. Esse exercício de análise dialoga com uma perspectiva de “(auto)crítica” defendida pelo autor, não somente para a Política Externa, mas também em relação às outras esferas de atuação governamental nos 13 anos de governos petistas.

O quarto capítulo traz outro personagem importante para a trajetória da Política Externa nos anos petistas. Samuel Pinheiro Guimarães, Secretário Geral das Relações Exteriores no governo Lula, forneceu uma entrevista em novembro de 2016, compondo o quadro geral de reflexões da obra. Partindo do presente, sua análise conjuntural centra esforços inicialmente no cenário internacional, numa caracterização que compreende a luta pela manutenção da hegemonia estadunidense, sua rivalidade com a China (considerada uma segunda protagonista) e uma política agressiva de Washington em relação à Moscou. Também enxergando um avanço conservador em relação à situação regional, Guimarães aponta para uma tendência de articulação política entre os EUA e as elites dos principais governos do continente americano, promovendo retrocessos quanto às políticas empreendidas nas últimas décadas.

Avaliando as ações do governo Lula no campo da Política Externa, o entrevistado interpreta que houve um esforço por concretizar os chamados grandes interesses nacionais de parcela relevante da população, considerando estes como, dentre outros elementos, a busca pelo desenvolvimento e a diminuição das desigualdades. Outro ponto de destaque reside no que pode ser considerado enquanto um aumento na transparência das relações internacionais em relação ao próprio governo e mesmo em relação à sociedade, na medida em que, segundo Guimarães, existiram reações de esclarecimento das posições do país diante da postura de segmentos da imprensa, críticos ao rumo da Política Externa do país. Numa última questão, abordando a relação entre as relações internacionais e a preocupação popular, o ex-secretário geral defende que a Política Externa deve ser compreendida como parte dos esforços de desenvolvimento nacional e “fortalecimento do Estado” (p. 82), sendo, portanto, indissociável de qualquer projeto que pretenda ter um corpo nacional.

Apesar de ter sido uma entrevista, a participação do ex-presidente Lula se deu quase que de forma unilateral, isto é, sem conter perguntas mais pontuais que conduzem a discussão, segundo as preferências dos organizadores. Sem dúvida nenhuma, tal característica não prejudicou o desenvolvimento da exposição, pois, entre descontrações e momentos mais analíticos, Luiz Inácio Lula da Silva nos traz um verdadeiro balanço de sua experiência diante do governo federal, num momento de grande valorização da diplomacia presidencial. Desde episódios curiosos, como as reuniões com Hugo Chávez, até o engajamento na construção de uma diplomacia não hegemônica em nível regional, expresso nas negociações entre Brasília e Assunção sobre a energia elétrica produzida em Itaipu, a participação do ex-presidente traz inúmeras contribuições atinentes a suas percepções sobre episódios vividos pela diplomacia brasileira em seu mandato.

Uma passagem sobre o Conselho de Segurança da ONU merece algum destaque. Na concepção de Lula, se o Brasil tivesse se engajado de forma individual à candidatura para uma vaga como membro permanente, o país teria alcançado êxito. Sem dizer ao certo sob quais condições isso poderia acontecer, o ex-presidente afirma que a reivindicação de um G-4 (Brasil, Índia, Alemanha e Japão) afastou a possibilidade de uma inserção do país, condicionando a adesão de novos membros a partir de uma reforma mais significativa.

Analisando mais essencialmente a situação internacional e suas repercussões para o Brasil, um artigo produzido pela ex-presidente Dilma Rousseff compõe o sexto e último capítulo. Apontando algumas das principais características do capitalismo em sua fase neoliberal, a petista enfatiza as relações entre “financeirização, ampliação da desigualdade e corrosão da democracia” (p. 120), num processo que reconhece as dimensões políticas e sociais das mudanças econômicas. Não se trataria de pensar de um ponto de vista econômico, mas de reconhecer como alterações sistêmicas possuem implicações das mais variadas faces. Para Dilma, sua destituição representou um ato de restauração do neoliberalismo que, em sua visão, teria sido rompido em 2003.

Congregando homens e mulheres de formulação e ação da Política Externa Brasileira durante quase 14 anos, *Brasil: uma política externa ativa e ativa* se apresenta como uma contribuição importante para os interessados no debate conjuntural da política exterior, tendo em vista as análises dos momentos distintos que constituíram nossa trajetória recente. Ainda que se trate de uma obra formada a partir de uma grande autonomia na organização dos capítulos, seu conjunto expressa posições relativamente convergentes

sobre a experiência petista, bem como seu desfecho. Para pesquisadores da área, as considerações de cada entrevistado ou autor de artigo poderão servir enquanto uma fonte histórica, representando algumas das percepções de agentes políticos de uma experiência histórica em derrocada no momento de produção da obra.

Diante dos novos e fortes ventos da Política Externa Brasileira na atualidade, passado e presente, quando comparados, apontam ainda mais as incertezas de um futuro sombrio, frente aos caminhos seguidos pela diplomacia brasileira nos governos Temer e Bolsonaro.

NOTAS

¹ Mestrando em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente desenvolve investigações sobre as relações Brasil – Egito durante a Política Externa Independente (1961-1964), com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb). Contato do autor: mateus_santos29@hotmail.com.

² Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti.